

Atraso nos pagamentos chegou a US\$ 2,8 bilhões

Marcio Di Pietro

Teresa Cunha

O atraso nos pagamentos aos credores internacionais, em 30 de setembro deste ano, chegou a US\$ 2 bilhões 835 milhões 590 mil, afirmou, o diretor da área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, ao depor ontem na CPI da Dívida Externa, na Câmara Federal. Mas este atraso, explicou, não significa que o Brasil esteja vivendo uma moratória de fato, já que a suspensão dos pagamentos tem o consentimento dos credores. "O que estamos fazendo", afirmou Serrano, "é rejuvenescer os atrasos, pagando em ordem cronológica, dos mais atrasados aos mais recentes."

Até o final deste ano, a dívida externa brasileira atingirá a US\$ 91 bilhões 900 milhões, passando em 1984, para US\$ 100 bilhões 800 milhões. Os juros da dívida serão em 83, de US\$ 9 bilhões 700 milhões, e no próximo ano, estarão em US\$ 10 bilhões 800 milhões. Apesar dos números, que foram contestados pelos parlamentares, Serrano mostrou-se esperançoso, salientando que "esta situação não vai se deteriorar, mesmo que não entre um vintém a mais no País. O que queremos é uma nova ordem monetária internacional, e que o Brasil consiga maiores prazos de pagamento, carência maior e custos menores".

Todas estas informações fizeram parte de um tenso depoimento que durou aproximadamente seis horas, durante o qual Madeira Serrano fez questão de salientar que respondia às perguntas dos parlamentares como "técnico, não me cabendo o questionamento político". "A dívida existe", afirmou, "acumulou-se ao longo dos anos, e se formou devido ao desequilíbrio da nossa balança de pagamentos, e à dependência ao petróleo. Fiz um depoimento patriótico e honesto, e considero que a renegociação da dívida junto com todos os países do mundo, é o caminho que levará a um remanejamento programado e progressivo de nossos compromissos".

No início de seu depoimento, José Carlos Madeira Serrano afirmou que a

formação de um "clube" dos países devedores é o caminho que deve ser seguido pelos que contraíram empréstimos internacionais, salientando que já existe um movimento em torno da adoção de posições comuns. Mas ao ser questionado sobre o assunto pelo deputado Eduardo Suplicy (PT-SP), Serrano não se mostrou mais favorável à idéia, por considerar "contraproducente unir as dificuldades diversas" de cada país.

"O que devemos fazer para sair da crise é buscar constantemente uma nova ordem monetária internacional, pois a que está aí é ultrapassada. A crise está levando a uma alteração de comportamento do mercado financeiro internacional, e acredito que esta mudança se dará nos próximos meses", afirmou Serrano.

Ao defender a renegociação da dívida com prazos mais dilatados e a custos mais baixos, afirmou que a moratória unilateral afetaria todos os setores da vida brasileira, sendo a consequência mais grave, a suspensão das importações de petróleo, gerando uma situação insustentável para o país.

Quanto à rejeição do Decreto-lei 2.045, Serrano disse que faz parte do processo de ajustamento brasileiro, e que ele desconhece outras medidas que possam ser adotadas pelo governo e que levem ao mesmo resultado que sua aprovação trará nas negociações com os credores internacionais.

Madeira Serrano negou que o Brasil tivesse pago comissões ao diretor do Morgan Guaranty e ex-vice presidente do Comitê de Assessoramento da Dívida Brasileira, Antony Gebauer, para que este conseguisse apoio dos bancos no sentido de concederem novos financiamentos ao País. O diretor do BC não soube informar os motivos que levaram Gebauer a ser destituído da condição de líder do Comitê de Assessoramento.

Depois hoje, às 9:30h, a ex-funcionária da embaixada brasileira em Paris, Marisa Tupinambá de Oliveira. Seu depoimento é considerado fundamental para que a Comissão de Inquérito possa esclarecer as denúncias de pagamentos de comissões a autoridades governamentais em transações de financiamentos de obras no Brasil.



Salles Leite quer saber quais os inconvenientes de devolver à iniciativa privada a administração dos aeroportos